

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS - UNIFAL - MG
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - ICSA

LUANA BARROS DE MORAIS

**CRESCIMENTO ECONÔMICO, DESIGUALDADE SOCIAL E LIMITES
ESTRUTURAIS NO PERÍODO DO “MILAGRE ECONÔMICO” (1968–1973)**

VARGINHA - MG

2026

LUANA BARROS DE MORAIS

**CRESCIMENTO ECONÔMICO, DESIGUALDADE SOCIAL E LIMITES
ESTRUTURAIS NO PERÍODO DO “MILAGRE ECONÔMICO” (1968–1973)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como parte dos requisitos para obtenção do título
de Bacharel em Ciências Econômicas, com
Ênfase em Controladoria, pela Universidade
Federal de Alfenas.

Orientador (a): Herick Vazquez Soares

VARGINHA - MG

2026

Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Alfenas
Biblioteca Campus Varginha

de Moraes, Luana Barros.

Crescimento econômico, desigualdade social e limites estruturais no modelo brasileiro período do "Milagre Econômico" (1960-1980) / Luana Barros de Moraes. - Varginha, MG, 2026.

54 f. : il. -

Orientador(a): Herick Vazquez Soares.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Alfenas, Varginha, MG, 2026.

Bibliografia.

1. Milagre Econômico. 2. Crescimento econômico. 3. Desigualdade social. 4. Desenvolvimento econômico. 5. Economia brasileira. I. Soares, Herick Vazquez, orient. II. Título.

Ficha gerada automaticamente com dados fornecidos pelo autor.

LUANA BARROS DE MORAIS

**CRESCIMENTO ECONÔMICO, DESIGUALDADE SOCIAL E LIMITES
ESTRUTURAIS NO PERÍODO DO “MILAGRE ECONÔMICO” (1968–1973)**

A Presidente da banca examinadora abaixo assina a aprovação do Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, com Ênfase em Controladoria, pela Universidade Federal de Alfenas.

Aprovado em: 13 de Julho de 2026.

Prof^a. Dr^a. Alinne Alvim Franchini

Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL-MG

Prof. Dr. Herick Vazquez Soares

Universidade Federal de Alfenas-MG

Prof. Dr. Thiago Fontelas Rosado Gambi

Universidade Federal de Alfenas-MG

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais, Vanessa e Odair, pelo apoio constante, pelos valores que me transmitiram e pelo incentivo que sempre deram à minha formação. A confiança e a dedicação de vocês foram fundamentais para que eu chegasse até esta etapa da minha trajetória acadêmica.

Aos meus amigos, especialmente ao Bruno, Ingrid, Gabriel e Tiffany, agradeço pela convivência, pela parceria e pelo apoio ao longo da graduação. Compartilhar essa caminhada com pessoas tão especiais tornou esse percurso mais leve e significativo.

Ao meu orientador, Professor Herick Vazquez Soares, expresso minha sincera gratidão pela disponibilidade, pelos ensinamentos e pela confiança depositada no desenvolvimento desta pesquisa. Sua orientação foi essencial para a construção deste trabalho e para o meu amadurecimento acadêmico.

Por fim, dedico este trabalho a todos que, de alguma forma, contribuíram para a minha formação e fizeram parte dessa jornada. Cada palavra escrita nestas páginas carrega um pouco do apoio, da confiança e do incentivo que recebi ao longo do caminho.

RESUMO

Este trabalho analisa a relação entre o crescimento da economia brasileira durante o chamado "Milagre Econômico" (1960–1980), a desigualdade social e as limitações estruturais do modelo de desenvolvimento adotado no período. Embora o país tenha registrado elevadas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), rápida industrialização e forte atuação do Estado na economia, esse processo foi acompanhado pelo aumento da concentração de renda, pela compressão dos salários e pela ampliação da dependência de financiamento externo. A pesquisa fundamenta-se nas contribuições de Maria da Conceição Tavares, Celso Furtado, Paul Singer e Fabio Giambiagi, sendo desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica e documental, com revisão histórica do período e análise de dados do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Os resultados demonstram que, apesar da modernização produtiva e do expressivo crescimento da economia brasileira, os benefícios foram distribuídos de forma desigual, em um contexto de crescente endividamento externo e persistência das desigualdades sociais. Conclui-se que o crescimento econômico, por si só, não garante o desenvolvimento, pois a ausência de mudanças estruturais compromete a sustentabilidade do crescimento no longo prazo.

Palavras-chave: crescimento econômico; desigualdade social; "Milagre econômico"; desenvolvimento econômico; economia brasileira.

ABSTRACT

This study analyzes the relationship between the growth of the Brazilian economy during the so-called "Economic Miracle" (1960–1980), social inequality, and the structural limitations of the development model adopted during this period. Although the country experienced high Gross Domestic Product (GDP) growth rates, rapid industrialization, and strong state intervention in the economy, this process was accompanied by increasing income concentration, wage compression, and greater dependence on external financing. The research is based on the contributions of Maria da Conceição Tavares, Celso Furtado, Paul Singer, and Fabio Giambiagi and was conducted through bibliographical and documentary research, supported by a historical review of the period and the analysis of data from the Central Bank of Brazil (BACEN) and the Institute for Applied Economic Research (IPEA). The findings indicate that, despite the productive modernization and the significant growth of the Brazilian economy, the benefits were distributed unevenly, in a context of rising external indebtedness and persistent social inequalities. The study concludes that economic growth alone is not sufficient to ensure development, as the absence of structural changes compromises the sustainability of long-term economic growth.

Keywords: economic growth; social inequality; Economic Miracle; economic development; Brazilian economy.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	11
2.1 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INDUSTRIALIZAÇÃO.....	11
2.2 CRESCIMENTO ECONÔMICO E CONCENTRAÇÃO DE RENDA.....	15
2.3 DEPENDÊNCIA EXTERNA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	16
3 CONTEXTO HISTÓRICO E ECONÔMICO DO BRASIL NO PÓS-GUERRA.....	21
3.1 A ECONOMIA INTERNACIONAL NO PÓS-GUERRA E SEUS REFLEXOS NO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO.....	21
3.2 O GOLPE MILITAR DE 1964 E AS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS...	24
4 O “MILAGRE ECONÔMICO” BRASILEIRO E A EXPANSÃO DA ECONOMIA...	26
4.1 AS POLÍTICAS ECONÔMICAS DO REGIME MILITAR.....	26
4.2 CRESCIMENTO DO PIB E EXPANSÃO INDUSTRIAL (1963-1973).....	29
4.3 PARTICIPAÇÃO DO ESTADO NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	32
4.4 CAPITAL ESTRANGEIRO E FINANCIAMENTO EXTERNO.....	34
5 DESIGUALDADE SOCIAL E LIMITES ESTRUTURAIS DO MODELO BRASILEIRO.....	37
5.1 ARROCHO SALARIAL E CONCENTRAÇÃO DE RENDA.....	37
5.2 MODERNIZAÇÃO ECONÔMICA E EXCLUSÃO SOCIAL.....	40
5.3 A CRISE ECONÔMICA DA DÉCADA DE 1970.....	43
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
REFERÊNCIAS.....	52

1 INTRODUÇÃO

O período compreendido entre as décadas de 1960 e 1970 representa uma das fases mais relevantes da história econômica brasileira. Durante esse intervalo, especialmente entre os anos de 1968 e 1973, o Brasil apresentou elevadas taxas de crescimento econômico, expansão industrial e ampliação dos investimentos em infraestrutura, processo que ficou conhecido como “milagre econômico” Brasileiro. Nesse período, o rápido crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e a modernização de setores estratégicos da economia contribuíram para fortalecer a percepção de desenvolvimento nacional e reforçaram a atuação do Estado como importante indutor da atividade econômica.

Apesar dos resultados positivos observados nos indicadores macroeconômicos, esse desempenho não foi acompanhado pela redução das desigualdades sociais e pela melhoria das condições de vida da maior parte da população. O modelo econômico adotado durante o regime militar esteve associado ao arrocho salarial, à concentração de renda, ao fortalecimento da dependência de recursos externos e à ampliação das desigualdades sociais, o que agravou problemas estruturais históricos da economia brasileira.

O processo de desenvolvimento da economia brasileira no pós-guerra, de acordo com Maria da Conceição Tavares (1977), ocorreu de maneira concentradora e dependente, baseado em um modelo de industrialização incapaz de promover transformações estruturais mais amplas. Da mesma forma, Paul Singer (1978) destaca que o desenvolvimento acelerado do período beneficiou principalmente os setores empresariais e financeiros, enquanto grande parte da população permaneceu excluída dos ganhos econômicos produzidos pelo chamado “milagre”.

Além disso, a expansão observada nesse período foi amplamente sustentada pelo aumento do endividamento externo e pela entrada de capital internacional. Esse cenário acabou tornando a economia brasileira mais vulnerável ao longo da década de 1970, principalmente após a crise do petróleo e a elevação das taxas de juros internacionais (Giambiagi et al., 2011).

Este trabalho procura entender como o Brasil conseguiu crescer economicamente de forma tão acelerada durante o período do "Milagre Econômico", entre as décadas de 1960 e 1980, sem que esse crescimento fosse acompanhado por melhorias sociais na mesma proporção. A pesquisa analisa como o modelo econômico adotado durante o regime militar contribuiu para o aumento das desigualdades, da concentração de renda e da dependência externa, além de ter deixado problemas estruturais que ainda fazem parte da realidade econômica brasileira. O objetivo é verificar se o crescimento acelerado do "milagre Econômico" foi capaz de promover desenvolvimento econômico com reflexos positivos na qualidade de indicadores sociais e na distribuição da renda, ou aprofundou desigualdades e dependências estruturais já existentes.

Parte-se da hipótese de que o modelo de crescimento do "milagre Econômico" produziu elevada expansão do PIB e da industrialização, sem que houvesse, contudo, redução da concentração de renda e da dependência externa. Quanto à metodologia, o estudo utiliza-se de pesquisa bibliográfica, do tipo exploratória e de análise de séries históricas de indicadores, desenvolvida por meio da revisão de obras clássicas da economia brasileira e de estudos acadêmicos relacionados ao tema. O trabalho utiliza predominantemente fontes secundárias e dados agregados, não realizando análise econométrica, tendo utilizado dados estatísticos e séries históricas disponibilizados pelo Banco Central do Brasil (BACEN), pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Banco Mundial, possibilitando a análise de indicadores relacionados ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), ao endividamento externo, à inflação e à concentração de renda.

Optou-se por uma pesquisa bibliográfica voltada à compreensão das diferentes interpretações da literatura econômica sobre a trajetória da economia brasileira durante o regime militar, com foco nas relações entre industrialização, desigualdade social e dependência externa. Os autores foram selecionados com base em sua relevância para o debate sobre o desenvolvimento econômico, bem como pelo profícuo debate suscitado por suas divergências interpretativas a respeito das condicionantes do crescimento econômico brasileiro e sua relação com a distribuição de renda. Foram privilegiadas obras consideradas clássicas na literatura nacional, com destaque para Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares, Paul

Singer, Carlos Langoni e Antonio Barros de Castro. Complementarmente, utilizaram-se obras de síntese histórica e macroeconômica, como as de Fabio Giambiagi e colaboradores, com o objetivo de contextualizar os principais eventos e políticas econômicas do período analisado.

A análise empírica foi desenvolvida a partir de indicadores selecionados por sua capacidade de representar as principais dimensões da hipótese investigada. Para avaliar o desempenho da economia, foram utilizados dados referentes à evolução do Produto Interno Bruto (PIB) e das exportações brasileiras. Para examinar a dependência externa, recorreu-se aos dados de dívida externa bruta. Já a análise da desigualdade social fundamentou-se em indicadores de concentração de renda, especialmente o Índice de Gini. Os dados foram obtidos em bases oficiais, como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o Banco Central do Brasil (BACEN), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Banco Mundial. A partir desses dados, buscou-se articular evidências quantitativas e interpretações teóricas presentes na literatura especializada, permitindo examinar de maneira integrada as relações entre crescimento econômico, concentração de renda e dependência externa durante o "Milagre Econômico" Brasileiro.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INDUSTRIALIZAÇÃO

O referencial teórico do trabalho se ampara na tradição estruturalista da economia do desenvolvimento latino-americana, representada sobretudo por Celso Furtado (1972; 1981), e Maria da Conceição Tavares (1977) . A escolha desses autores decorre de sua centralidade na interpretação dos processos de industrialização, dependência externa e desenvolvimento econômico no Brasil. Em Furtado, o desenvolvimento é pensado a partir das especificidades históricas do subdesenvolvimento latino-americano, entendido não como uma etapa passageira, mas como uma condição estrutural marcada pela heterogeneidade produtiva, pela dependência externa e pela exclusão de amplos segmentos da população dos benefícios do progresso econômico. Tavares, por sua vez, contribui para a análise das contradições do processo de industrialização brasileiro, enfatiza o caráter concentrador e dependente de financiamento.

Entretanto, com o intuito de evitar uma análise exclusivamente vinculada a uma única corrente teórica, foram incorporados autores que apresentam interpretações distintas sobre a dinâmica distributiva do período, como Antonio Barros de Castro, Carlos Langoni, além de estudos de síntese histórica e macroeconômica, como os de Fabio Giambiagi.

Em *Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil*, de 2005, Carlos Langoni representa uma leitura mais próxima da tradição liberal e da teoria do capital humano. Ele atribui o aumento da desigualdade de renda nas décadas de 1960 e 1970, sobretudo, aos desníveis de qualificação da força de trabalho, pois as diferenças educacionais se refletiam em diferenciais salariais no mercado de trabalho e eram reforçadas pelo próprio processo de crescimento econômico, que elevava a demanda por trabalhadores qualificados em um contexto em que sua oferta ainda era limitada.

A obra de Fabio Giambiagi, *Economia brasileira contemporânea* (2011), foi utilizada por apresentar uma abordagem mais recente e sistematizada da história brasileira, contribuindo para a compreensão das políticas adotadas durante o regime militar e de seus desdobramentos macroeconômicos.

A incorporação do livro *A economia brasileira em marcha forçada* (1985) de Antonio Barros de Castro e Francisco Eduardo Pires de Souza decorre de sua contribuição singular ao debate sobre o desenvolvimento brasileiro, uma vez que os autores construíram uma interpretação relevante acerca da crise do modelo econômico dos anos 1970. O autor argumenta que a resposta do governo brasileiro ao primeiro choque do petróleo foi uma tentativa de transformação estrutural da economia nacional no sentido de superar gargalos históricos da estrutura produtiva brasileira, ainda que ao custo de maior endividamento externo. A escolha do autor permite, portanto, analisar criticamente os avanços estruturais produzidos pelo período e também as vulnerabilidades que contribuíram para a crise da dívida e para o esgotamento do modelo de crescimento adotado pelo regime militar.

Em *A crise do "milagre": interpretação crítica da economia brasileira*, de 1978, Paul Singer refletiu sobre a formação do mercado de trabalho urbano, a marginalização de amplos contingentes de trabalhadores e a persistência das desigualdades em uma economia em processo de industrialização. Sua contribuição dialoga, em boa medida, com a tradição estruturalista ao chamar atenção para os limites sociais do crescimento e para a permanência da exclusão em meio ao avanço da industrialização brasileira.

Dessa forma, o referencial teórico adotado reúne autores de diferentes matrizes interpretativas, com o objetivo de ampliar a análise sobre as relações entre crescimento econômico, desigualdade social e limites estruturais da economia brasileira durante o "milagre econômico". Furtado e Tavares fornecem a base estruturalista da discussão, sobretudo no que se refere à industrialização, à dependência externa e ao caráter concentrador do desenvolvimento brasileiro. Langoni introduz uma interpretação distinta sobre a desigualdade de renda, ao enfatizar o papel da qualificação da força de trabalho. Castro contribui para a compreensão da crise e da estratégia econômica adotada na década de 1970. Singer (1978) acrescenta a discussão sobre mercado de trabalho e exclusão social. Já Giambiagi et al. (2011) oferece apoio na contextualização histórica e macroeconômica do período. A articulação desses autores permite examinar a partir de diferentes perspectivas, sem perder de vista as especificidades de cada interpretação.

O processo de desenvolvimento econômico brasileiro intensificou-se a partir do período pós-Segunda Guerra Mundial, em um contexto marcado pela reorganização da economia internacional, pela expansão do capitalismo industrial e pela crescente intervenção estatal nas economias nacionais. A consolidação dos Estados Unidos como principal potência econômica mundial e a estruturação do sistema financeiro internacional após o Acordo de Bretton Woods¹ influenciaram diretamente os países periféricos, entre eles o Brasil, passaram a buscar formas de acelerar sua industrialização e reduzir a dependência da exportação de produtos primários.

A industrialização passou a ser vista como um dos principais caminhos para promover o desenvolvimento econômico, pois sua expansão estava associada ao aumento da produtividade, à geração de empregos urbanos, à incorporação de novas tecnologias e à ampliação da capacidade produtiva nacional. Esperava-se que o fortalecimento da atividade industrial reduzisse a dependência da exportação de produtos primários e criasse condições para uma economia mais dinâmica e diversificada. Contudo, crescimento e desenvolvimento econômico não são conceitos equivalentes. O primeiro refere-se ao aumento da produção e da renda de um país, normalmente mensurado pelo Produto Interno Bruto (PIB) (Blanchard, 2011). O segundo envolve transformações mais amplas, como a melhoria das condições de vida da população, a redução das desigualdades sociais, os avanços em educação e infraestrutura e as mudanças estruturais capazes de elevar o bem-estar social. Assim, embora a industrialização possa impulsionar a expansão da produção e promover importantes transformações produtivas, isso não significa que toda a população será beneficiada por esse processo (Furtado, 1972).

No Brasil, a industrialização ganhou maior impulso a partir da política de substituição de importações, adotada inicialmente durante o governo de Getúlio Vargas e aprofundada nas décadas seguintes, que buscava ampliar a produção nacional de bens que antes eram importados. Segundo Tavares (1977), esse processo ocorreu de forma gradual e esteve associado à expansão do mercado interno e ao desenvolvimento de atividades industriais cada vez mais complexas. A

¹ Os Acordos de Bretton Woods, firmados em 1944, estabeleceram as bases do sistema monetário internacional do pós-guerra, criando o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), além de instituir um regime de taxas de câmbio fixas.

atuação do Estado foi decisiva nesse processo, principalmente por meio da criação de condições para o investimento produtivo e da ampliação da infraestrutura econômica. Nas décadas de 1950 e 1960, os governos desenvolvimentistas aprofundaram essa estratégia, com destaque para o governo de Juscelino Kubitschek e a implementação do Plano de Metas. Conforme destacam Giambiagi et al. (2011), esse período foi marcado pela ampliação da capacidade produtiva nacional, pela entrada de capital estrangeiro e pelo fortalecimento de setores como a indústria automobilística, a produção de energia e a indústria de bens de consumo duráveis.

Apesar dos avanços proporcionados pela industrialização e pela ampliação da capacidade produtiva, a economia brasileira continuou convivendo com problemas estruturais que não foram superados ao longo desse processo. A expansão da indústria ocorreu de forma concentrada, beneficiando determinados setores econômicos e regiões do país com maior intensidade, enquanto a concentração de renda, as desigualdades sociais e a dependência de recursos externos permaneceram presentes. Na interpretação de Celso Furtado (1972), embora esse modelo tenha impulsionado o desenvolvimento da atividade produtiva, ele não foi capaz de enfrentar os principais desafios estruturais da economia brasileira nem de promover uma distribuição mais ampla dos benefícios gerados pelo crescimento.

Essas limitações tornaram-se mais evidentes no início da década de 1960, quando a economia brasileira passou a enfrentar o agravamento da inflação, o aumento dos desequilíbrios fiscais e dificuldades no balanço de pagamentos. Diante desse cenário, ganhou força a necessidade de reorganizar as bases de funcionamento da economia e criar condições para a retomada do crescimento. Após o Golpe Militar de 1964, o governo implementou um conjunto de reformas tributárias, administrativas e financeiras voltadas à ampliação das fontes de financiamento e ao fortalecimento da capacidade de planejamento e intervenção do Estado, conhecido como PAEG (Plano de Ação Econômica do Governo). As reformas realizadas após 1964 reorganizaram a economia brasileira e deram ao Estado melhores condições de planejamento e de financiamento, fatores que ajudaram a preparar o país para a fase de crescimento acelerado vivenciada nos anos do "Milagre Econômico". (Giambiagi et al, 2011).

O desenvolvimento econômico brasileiro, após a guerra, se firmou por meio da rápida industrialização, da forte intervenção do Estado e da crescente integração ao capitalismo internacional. No entanto, esse processo também aprofundou problemas estruturais relacionados à dependência externa, à concentração de renda e à desigualdade social. Esses elementos se tornaram ainda mais claros durante o período do "Milagre Econômico" Brasileiro.

2.2 CRESCIMENTO ECONÔMICO E CONCENTRAÇÃO DE RENDA

O desempenho econômico de um país não pode ser avaliado apenas pelas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Embora o aumento da produção e da renda nacional seja um importante indicador de dinamismo econômico, ele não revela, por si só, quem se beneficia desse crescimento e nem de que maneira seus resultados são distribuídos entre a população. Por esse motivo, a análise do crescimento econômico também envolve a discussão sobre concentração de renda e dependência externa.

O debate sobre desigualdade social e desenvolvimento econômico ganhou destaque entre os economistas brasileiros durante as décadas de 1960 e 1970. O aumento da desigualdade de renda observado no período estava ligado, em grande parte, às diferenças de escolaridade e de qualificação profissional. Para o autor, o rápido crescimento da economia elevou a demanda por trabalhadores mais qualificados, aumentando seus salários e contribuindo, em um primeiro momento, para a concentração de renda (Langoni, 2005). Na visão de Langoni, esse aumento da desigualdade fazia parte das mudanças provocadas pelo próprio processo de desenvolvimento econômico. Com a expansão da economia e a ampliação do acesso à educação e à qualificação profissional, a tendência seria que mais pessoas passassem a ocupar empregos melhor remunerados, favorecendo uma distribuição de renda mais equilibrada ao longo do tempo.

Para Celso Furtado, a concentração de renda não pode ser explicada apenas pelas diferenças de escolaridade, pois está ligada ao próprio padrão de desenvolvimento de uma economia marcada pela heterogeneidade estrutural, pela fragilidade do mercado interno e pela baixa capacidade de reação dos trabalhadores diante do poder do capital. O autor chama atenção para a forma como a

industrialização brasileira se realizou sem incorporar amplamente a população aos benefícios do crescimento, preservando estruturas excludentes e limitou a participação dos rendimentos do trabalho na renda nacional.

Embora exista relativo consenso em relação ao fato de que as elevadas taxas de crescimento durante o “milagre econômico”, por si só, não foram capazes de enfrentar os problemas sociais e as desigualdades históricas do ambiente socioeconômico brasileiro, existem divergências importantes acerca de seus efeitos distributivos e das causas do aumento da concentração de renda durante esse período.

De um lado, Carlos Langoni (2005) argumenta que a concentração de renda decorreu principalmente de fatores associados ao processo de desenvolvimento econômico, especialmente da ampliação da demanda por trabalhadores qualificados em um contexto em que a oferta de mão de obra com maior nível educacional ainda era limitada. Nessa perspectiva, a desigualdade seria resultado das transformações estruturais promovidas pelo processo de industrialização e tenderia a diminuir à medida que a expansão do acesso à educação ampliasse a oferta de trabalhadores qualificados. Por outro lado, Furtado (1972) entende que o aumento da desigualdade está relacionado à própria estrutura produtiva brasileira e que, por si só, o aumento da produção e da renda não é suficiente para promover melhorias significativas nas condições de vida das classes populares. O contraste entre essas interpretações evidencia diferentes formas de compreender a origem da concentração de renda e seus vínculos com o desenvolvimento brasileiro.

2.3 DEPENDÊNCIA EXTERNA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Segundo Giambiagi et al. (2011), a dependência externa caracteriza-se pela necessidade de recorrer ao mercado internacional para obter bens, tecnologias e recursos financeiros indispensáveis à continuidade do crescimento econômico. No caso das economias periféricas, essa condição reduz a autonomia das políticas econômicas, pois o ritmo de crescimento passa a depender da disponibilidade de divisas, da capacidade de importar insumos estratégicos e do acesso ao financiamento externo. Como consequência, essas economias tornam-se mais

vulneráveis às mudanças do cenário internacional, especialmente às oscilações do comércio mundial, das taxas de juros e da oferta de crédito externo.

O desenvolvimento da economia brasileira durante o período do "milagre econômico" esteve diretamente associado à intensificação da entrada de capital estrangeiro e ao avanço do endividamento externo. Entre o final da década de 1960 e o início dos anos 1970, o governo militar ampliou os investimentos em infraestrutura, energia, transporte e indústria de base com o objetivo de acelerar a atividade econômica e expandir a capacidade produtiva nacional. A dimensão desses projetos exigia elevados volumes de recursos financeiros, além da importação de máquinas, equipamentos e tecnologias que ainda não eram produzidos internamente. Diante dessas necessidades, os empréstimos internacionais e a entrada de capitais estrangeiros passaram a desempenhar papel fundamental no financiamento da estratégia adotada pelo regime militar, favorecidos pela elevada liquidez existente no mercado financeiro internacional naquele período.

Na interpretação de Maria da Conceição Tavares (1977), a industrialização brasileira não eliminou a dependência externa, mas passou a reproduzi-la sob novas formas. Embora o país tenha se tornado mais industrializado e diversificado, a expansão da capacidade produtiva continuou exigindo recursos financeiros, tecnologia e bens de capital provenientes do exterior. Assim, o desempenho da economia brasileira permaneceu condicionado à capacidade de obtenção de divisas e ao acesso ao financiamento internacional, fatores que mantinham o país fortemente vinculado às condições do mercado externo.

Essa dependência de recursos e condições externas também é destacada por Celso Furtado (1972). Para o autor, o avanço da industrialização permitiu que a economia brasileira aumentasse sua produção e se tornasse mais diversificada, mas isso não significou que o país tivesse conquistado maior independência econômica. Diversos setores da indústria continuavam necessitando de máquinas, equipamentos e tecnologias produzidos no exterior, além de contarem com a participação de empresas multinacionais em áreas importantes da economia. Com isso, parte do crescimento brasileiro passou a depender não apenas das decisões internas, mas também da disponibilidade de recursos externos e das condições da economia internacional. Dessa forma, qualquer alteração no fluxo de capitais, nos

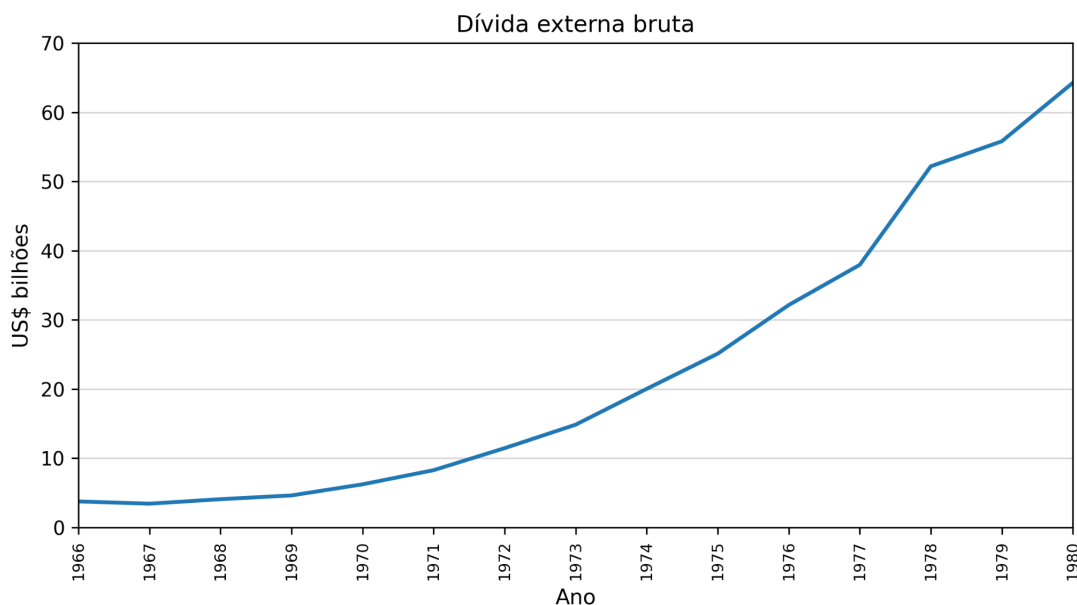
custos das importações ou nas condições do mercado financeiro internacional poderia gerar dificuldades para a continuidade do crescimento econômico (Furtado, 1972).

As necessidades de financiamento geradas pelo processo de industrialização e pela manutenção de elevados níveis de investimento passaram a exercer crescente pressão sobre as contas externas brasileiras. Bonelli e Malan (1976) observam que a expansão industrial da década de 1970 aumentou a demanda por máquinas, equipamentos e insumos importados, elevando também a necessidade de divisas para viabilizar essas aquisições. Segundo os autores, a continuidade dos investimentos passou a depender cada vez mais da capacidade de obtenção de recursos externos e das condições do balanço de pagamentos. Como consequência, o endividamento externo deixou de representar apenas uma fonte complementar de financiamento e assumiu papel central na sustentação da estratégia econômica adotada pelo país.

Segundo Castro e Souza (1985), o desenvolvimento da economia brasileira esteve fortemente ligado às escolhas de política econômica adotadas pelo Estado. Em *A economia brasileira em marcha forçada*, os autores argumentam que, diante das dificuldades surgidas na década de 1970, o governo optou por manter elevados níveis de investimento e dar continuidade ao processo de industrialização, em vez de promover um ajuste mais imediato da economia. Essa estratégia buscava fortalecer setores considerados essenciais para o desenvolvimento do país e reduzir algumas limitações da estrutura produtiva brasileira. Ao analisarem essa opção, os autores destacam que a manutenção desse modelo dependia cada vez mais da atuação do Estado e do financiamento externo, aspecto que contribui para compreender as características e os limites da estratégia econômica adotada durante o regime militar.

A crescente utilização do financiamento externo pode ser observada no gráfico 1. Entre 1966 e 1980, a dívida externa bruta brasileira aumentou de forma significativa, com aceleração durante a década de 1970. Esse comportamento evidencia a maior dependência de recursos externos para sustentar os investimentos e o ritmo de crescimento econômico observado no período do "Milagre Econômico".

Gráfico 1 – Evolução da dívida externa bruta brasileira (1966–1980), em US\$ bilhões



Fonte: Elaboração própria com base em dados do IPEADATA (2025).

Conforme apresentado no **Gráfico 1**, entre 1968 e 1980, o estoque da dívida externa bruta passou de aproximadamente US\$ 4 bilhões para mais de US\$ 64 bilhões. Esse aumento mostra que o financiamento externo deixou de desempenhar um papel secundário e se transformou em um dos principais sustentáculos do crescimento econômico durante o regime militar. A partir de 1973, o primeiro choque do petróleo elevou significativamente os custos das importações brasileiras, ao mesmo tempo em que a posterior elevação das taxas de juros internacionais aumentou o custo do endividamento. Como resultado, a manutenção desse ritmo de expansão deixou de depender apenas das decisões internas de política econômica.

Assim, os limites estruturais da economia brasileira estavam relacionados à permanência de problemas históricos, como a elevada concentração de renda, as profundas desigualdades sociais, a dependência de recursos externos e a dificuldade de incorporar grande parcela da população aos benefícios gerados pela expansão da economia, evidenciados entre as décadas de 1960 e 1980, especialmente durante o período do "Milagre Econômico" Brasileiro (1968–1973). Na interpretação de Celso Furtado (1981), grande parte da população permaneceu à margem dos avanços alcançados nesse período, enquanto problemas históricos da

economia brasileira persistiram mesmo em um período de elevado dinamismo econômico.

As limitações apontadas por Celso Furtado também são discutidas por Maria da Conceição Tavares. Para a autora, embora o país tenha ampliado sua capacidade produtiva, expandido a indústria e modernizado diversos setores da economia, essas mudanças não foram acompanhadas por transformações mais profundas na estrutura social brasileira. Em outras palavras, a economia se modernizou, mas problemas históricos, como a concentração de renda, as desigualdades sociais e a dependência externa, continuaram presentes e limitaram a construção de um desenvolvimento mais equilibrado. (Tavares, 1977).

Essa necessidade constante de financiamento internacional tornou a economia brasileira vulnerável às oscilações do mercado financeiro global e aos limites do balanço de pagamentos, situação que se agravou após a crise do petróleo de 1973, quando o aumento dos preços do petróleo elevou significativamente os custos das importações e pressionou as contas externas do país. Ao mesmo tempo, a posterior elevação das taxas de juros internacionais encareceu o financiamento da dívida externa e dificultou a manutenção do ritmo de crescimento observado durante o "milagre Econômico". Os dados do Banco Central do Brasil, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e do Banco Mundial organizados no **Gráfico 1** mostram que a dívida externa brasileira cresceu de forma expressiva ao longo da década de 1970, o que reforça a ideia de que a expansão econômica do período esteve cada vez mais associada à utilização de recursos externos e às condições do cenário econômico internacional.

3 CONTEXTO HISTÓRICO E ECONÔMICO DO BRASIL NO PÓS-GUERRA

3.1 A ECONOMIA INTERNACIONAL NO PÓS-GUERRA E SEUS REFLEXOS NO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO

O período pós-Segunda Guerra Mundial foi marcado por uma profunda reorganização da economia internacional, impulsionada pela necessidade de reconstrução dos países europeus após o conflito, que deixou grande parte da Europa com sua infraestrutura destruída, capacidade produtiva reduzida, comércio internacional desorganizado e sérias dificuldades financeiras. Juntamente a isso, houve a consolidação dos Estados Unidos como principal potência econômica do sistema capitalista. Estabeleceu-se uma nova estrutura de governança econômica global, formalizada nos Acordos de Bretton Woods, que definiram regras para o funcionamento do sistema monetário internacional e criaram instituições como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, responsáveis por apoiar a estabilidade financeira e o financiamento do desenvolvimento econômico mundial (Saes e Saes, 2013).

O processo de reconstrução das economias europeias e a reorganização do sistema monetário internacional abriram espaço para um período de forte expansão do comércio mundial e de maior união entre as economias nacionais. O crescimento industrial nos países centrais foi impulsionado por altos níveis de investimento, pela modernização tecnológica e pela ampliação do consumo em massa, o que ajudou a sustentar um ciclo maior de crescimento econômico. Os fluxos de capital entre países cresceram bastante nesse período, com mais investimentos e movimentações financeiras entre diferentes economias, favorecendo uma maior integração entre as economias nacionais e intensificação das relações comerciais e financeiras.

A participação dos países periféricos nessa nova ordem econômica ocorreu de maneira desigual. Enquanto as economias centrais ampliavam sua capacidade industrial e tecnológica, grande parte dos países periféricos permanecia especializada na produção e exportação de produtos primários, mantendo relações de dependência comercial e financeira em relação aos países desenvolvidos. Nesse

contexto, ganharam destaque as interpretações da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL²), especialmente as contribuições de Raúl Prebisch, que defendia a industrialização como uma estratégia necessária para reduzir a dependência externa e criar condições mais favoráveis ao desenvolvimento econômico das economias latino-americanas.

As transformações observadas na economia internacional do pós-guerra criaram um ambiente de expansão do comércio, de intensificação da circulação de capitais e de fortalecimento das estratégias de industrialização nos países periféricos. Foi nesse ambiente que o Brasil passou a adotar políticas voltadas ao fortalecimento da indústria nacional, incorporando muitas das ideias desenvolvimentistas difundidas naquele período.

Nas décadas de 1950 e 1960, essas mudanças passaram a se refletir de forma mais direta na economia brasileira. As discussões desenvolvimentistas do pós-guerra, fomentadas pela CEPAL, influenciaram o entendimento de que o desenvolvimento econômico exigia o fortalecimento da indústria nacional e o aumento da produção interna de bens que até então eram adquiridos no exterior. A industrialização passou a ser vista como um instrumento capaz de acelerar o crescimento econômico e ampliar as possibilidades de transformação da estrutura produtiva brasileira.

O governo de Juscelino Kubitschek representou um marco importante nesse processo. Por meio do Plano de Metas³, lançado em 1956 e orientado pelo objetivo de promover “cinquenta anos em cinco”, foram direcionados investimentos para setores considerados estratégicos, como energia, transportes, indústria de base e bens de consumo duráveis. O programa também estimulou a construção de Brasília e favoreceu a entrada de empresas estrangeiras, especialmente do setor

² A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) é um organismo regional criado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948. Suas formulações defendiam que a industrialização por substituição de importações e a atuação do Estado eram fundamentais para promover o desenvolvimento econômico e reduzir a dependência dos países latino-americanos em relação às economias centrais (Giambiagi et al., 2011).

³ O Plano de Metas foi o programa de desenvolvimento lançado pelo governo de Juscelino Kubitschek (1956–1961), que priorizou investimentos em energia, transportes, indústria de base e bens de consumo duráveis, com o objetivo de acelerar a industrialização e modernizar a economia brasileira (Lacerda et al., 2013).

automobilístico, medida que marcou uma nova etapa da industrialização brasileira e da produção de bens duráveis (Lacerda et al., 2013).

Os efeitos dessas políticas passaram a ser percebidos gradualmente ao longo das décadas de 1950 e 1960. A expansão da produção industrial foi acompanhada pela ampliação dos investimentos em infraestrutura, pela criação de novas atividades produtivas e pelo aumento da participação da indústria na economia nacional. Paralelamente, empresas multinacionais passaram a investir de maneira mais intensa no país, sobretudo nos setores automobilístico e de bens de consumo duráveis, contribuindo para a diversificação da estrutura produtiva e para a incorporação de novas tecnologias. O Estado desempenhou papel central nesse processo, não apenas por meio de investimentos diretos em áreas estratégicas, como energia e transportes, mas também atuando como planejador e financiador do desenvolvimento por intermédio de instituições públicas e empresas estatais. A combinação entre ação estatal, expansão industrial e entrada de capital estrangeiro tornou-se uma das principais características do processo de desenvolvimento econômico brasileiro nas décadas seguintes (Furtado, 1972).

Apesar dos avanços alcançados pela industrialização e pelo aumento da capacidade produtiva, o processo de desenvolvimento brasileiro ainda apresentava limitações importantes. O crescimento econômico ocorreu de maneira desigual entre as diferentes regiões do país, concentrando-se principalmente no Sudeste, ao mesmo tempo em que os benefícios gerados pela expansão da atividade econômica não alcançaram a população de forma homogênea. A concentração de renda permaneceu elevada, grande parte dos trabalhadores continuou em condições precárias de emprego e remuneração e persistiram diferenças significativas nos níveis de desenvolvimento econômico e social entre as regiões brasileiras. Apesar da modernização produtiva, as desigualdades sociais e regionais permaneceram como traços importantes do desenvolvimento brasileiro (Furtado, 1972).

Somavam-se a essas questões problemas relacionados ao aumento da inflação, às dificuldades nas contas públicas e aos desequilíbrios externos, que passaram a limitar a continuidade do modelo de crescimento adotado até então. Ao longo do início da década de 1960, essas dificuldades econômicas se intensificaram e se combinaram com um ambiente político cada vez mais marcado por disputas em

torno das reformas estruturais propostas pelo governo João Goulart, fato que criou um cenário de instabilidade que antecedeu o Golpe Militar de 1964.

3.2 O GOLPE MILITAR DE 1964 E AS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS

O golpe militar de 1964 inaugurou uma nova etapa da história política e econômica brasileira. Os governos militares assumiram o poder defendendo a necessidade de restaurar a estabilidade econômica e criar condições para a retomada do crescimento. Para isso, implementaram uma série de reformas que alteraram significativamente a condução da política econômica nacional.

Nos primeiros anos do regime militar foi criado o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), implementado entre 1964 e 1967 para controlar a inflação, reorganizar as finanças públicas e restabelecer condições favoráveis ao crescimento econômico. As medidas adotadas incluíram reformas no sistema tributário e financeiro, a criação de novos instrumentos de política monetária e mecanismos voltados ao financiamento da economia e ao fortalecimento da atuação do Estado no planejamento econômico (Lago, 2014).

Essas reformas contribuíram para uma relativa estabilização dos principais indicadores econômicos e promoveram mudanças importantes na organização da economia brasileira. Nesse período, o governo passou a atuar de forma mais planejada, fortaleceu sua presença em áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento do país e criou novas formas de financiar os investimentos públicos e privados. Essas medidas ampliaram a capacidade de coordenação econômica do Estado e estabeleceram bases mais favoráveis para a expansão da atividade produtiva nos anos seguintes.

Essas medidas implementadas nos primeiros anos do regime militar produziram mudanças importantes na condução da economia brasileira. As reformas tributária e financeira ampliaram a capacidade de arrecadação do Estado, reorganizaram o sistema financeiro e criaram novos instrumentos de planejamento e financiamento da atividade econômica. Instituições como o Banco Central e o

Conselho Monetário Nacional passaram a exercer papel central na coordenação da política monetária e na organização do crédito, fortalecendo a capacidade do governo de formular e executar suas políticas econômicas (Giambiagi et al., 2011).

As transformações realizadas após 1964 não produziram imediatamente uma fase de elevado crescimento econômico, mas criaram condições mais favoráveis para a expansão dos investimentos e da atividade produtiva nos anos seguintes. A maior capacidade de planejamento do Estado, a reorganização do sistema financeiro e a criação de novos mecanismos de financiamento fortaleceram a capacidade do governo de coordenar a economia e estimular os investimentos, o que estabeleceu as bases institucionais que sustentariam o período de crescimento acelerado observado posteriormente no Brasil. Assim, o Golpe Militar de 1964 e as reformas econômicas implementadas nos anos seguintes marcaram uma mudança na forma como a economia brasileira passou a ser conduzida e criaram as condições que sustentaram a fase de crescimento acelerado observada posteriormente no país.

4 O “MILAGRE ECONÔMICO” BRASILEIRO E A EXPANSÃO DA ECONOMIA

4.1 AS POLÍTICAS ECONÔMICAS DO REGIME MILITAR

O desempenho observado durante o chamado "milagre Econômico" brasileiro não pode ser compreendido sem a análise das políticas implementadas pelo regime militar desde 1964. Embora o período de maior expansão tenha ocorrido entre 1968 e 1973, suas bases foram construídas nos anos anteriores, principalmente por meio das reformas institucionais promovidas pelo Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG). Assim, o acelerado crescimento registrado não foi resultado de medidas isoladas, mas da combinação entre reformas estruturais, políticas monetária e fiscal, controle salarial, incentivos às exportações e ampliação dos mecanismos de financiamento interno e externo.

Diante desse cenário, o governo militar implementou o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), que tinha como principais objetivos controlar a inflação, reorganizar as finanças públicas, reduzir os desequilíbrios do balanço de pagamentos e criar condições para a retomada do crescimento econômico e da geração de empregos. Para atingir essas metas, o programa adotou um conjunto de medidas que envolveu reformas nas áreas fiscal, tributária, monetária, financeira e cambial, ampliando a capacidade de atuação do Estado na condução da política econômica (Giambiagi et al., 2011).

Uma das primeiras iniciativas do PAEG concentrou-se na reorganização das contas públicas. No campo fiscal e tributário, buscou-se reduzir os déficits governamentais e fortalecer a capacidade de arrecadação do Estado por meio de mudanças significativas no sistema de impostos. Foram criados novos mecanismos tributários, como o Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM), além da reorganização do Imposto de Renda e da eliminação de tributos considerados pouco eficientes. Essas mudanças contribuíram para fortalecer as finanças do governo federal e concentraram uma parcela maior dos recursos públicos sob sua administração. Isso concedeu ao Estado mais condições para organizar suas contas, definir prioridades de investimento e atuar de forma mais ativa na condução da política econômica (Lessa, 1981).

Paralelamente, foram implementadas reformas financeiras que modificaram de maneira significativa o funcionamento do sistema financeiro nacional. Entre as principais medidas destacaram-se a criação do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), instituições responsáveis pela coordenação da política monetária, pelo controle do sistema bancário e pela regulamentação das atividades financeiras. As reformas também promoveram a reorganização do Sistema Financeiro Nacional e estimularam o desenvolvimento do mercado de capitais e de títulos públicos, criando novas formas de financiamento para o governo e para a economia. Um dos resultados mais importantes dessas mudanças foi a criação de um mercado de títulos públicos capaz de financiar os déficits governamentais sem depender da emissão monetária. Segundo Giambiagi et al. (2011), a partir de 1965 o financiamento dos déficits passou a ocorrer majoritariamente por meio da dívida pública. Essa mudança alterou significativamente os mecanismos utilizados pelo governo para administrar suas necessidades de financiamento.

A partir de 1967, com a chegada de Antônio Delfim Netto ao Ministério da Fazenda, a política econômica passou por uma mudança de orientação. Sem abandonar completamente os objetivos de estabilização perseguidos nos primeiros anos do regime militar, o governo passou a atribuir maior importância à expansão dos investimentos e ao aumento da produção. Essa nova diretriz foi formalizada por meio do Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), lançado em 1968. O programa defendia que a recuperação do crescimento dependia da ampliação dos investimentos e previa uma atuação mais direta do Estado por meio do planejamento econômico, do financiamento de projetos e dos investimentos em áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento. Segundo Giambiagi et al. (2011), essa mudança de estratégia criou condições mais favoráveis para o início do ciclo de crescimento acelerado que caracterizou o "Milagre Econômico" Brasileiro (Lessa, 1981).

Outra política fundamental para o desempenho econômico do período foi o controle de preços. O governo criou mecanismos de monitoramento e autorização de reajustes por meio da Comissão Interministerial de Preços (CIP), instituída em 1968. A intenção era criar um ambiente de maior previsibilidade para as empresas e evitar que o aumento dos preços comprometesse o ritmo de crescimento que o

governo buscava alcançar. O controle não se limitava aos preços administrados pelo governo, mas alcançava também diversos produtos do setor privado, especialmente insumos industriais considerados estratégicos para o processo produtivo (Lessa, 1981).

A política salarial constituiu um dos principais instrumentos da estratégia econômica adotada pelo regime militar. O governo estabeleceu regras para os reajustes dos salários que, embora considerassem a inflação passada, os ganhos de produtividade e uma estimativa de inflação futura, não permitiam a recuperação integral do poder de compra dos trabalhadores. Como resultado, os salários reais cresceram em ritmo inferior ao da economia e sua participação na renda nacional foi reduzida ao longo do período. A contenção dos reajustes salariais era vista pelo governo como uma forma de manter os custos de produção sob controle e criar condições mais favoráveis à expansão dos investimentos privados. A política salarial articulou-se com outras medidas implementadas pelo regime, como a reforma financeira e a ampliação do crédito, tornando-se um dos elementos que sustentaram a expansão econômica observada durante o "Milagre Econômico" (Lessa, 1981).

A política cambial também teve papel importante, o governo passou a utilizar um sistema de minidesvalorizações cambiais, conhecido como *crawling peg*, que consistia em pequenos ajustes periódicos na taxa de câmbio. Essa estratégia buscava preservar a competitividade dos produtos brasileiros no mercado internacional e fazia parte de um conjunto mais amplo de medidas voltadas à ampliação e diversificação das exportações brasileiras (Lago, 2014; Giambiagi et al., 2011).

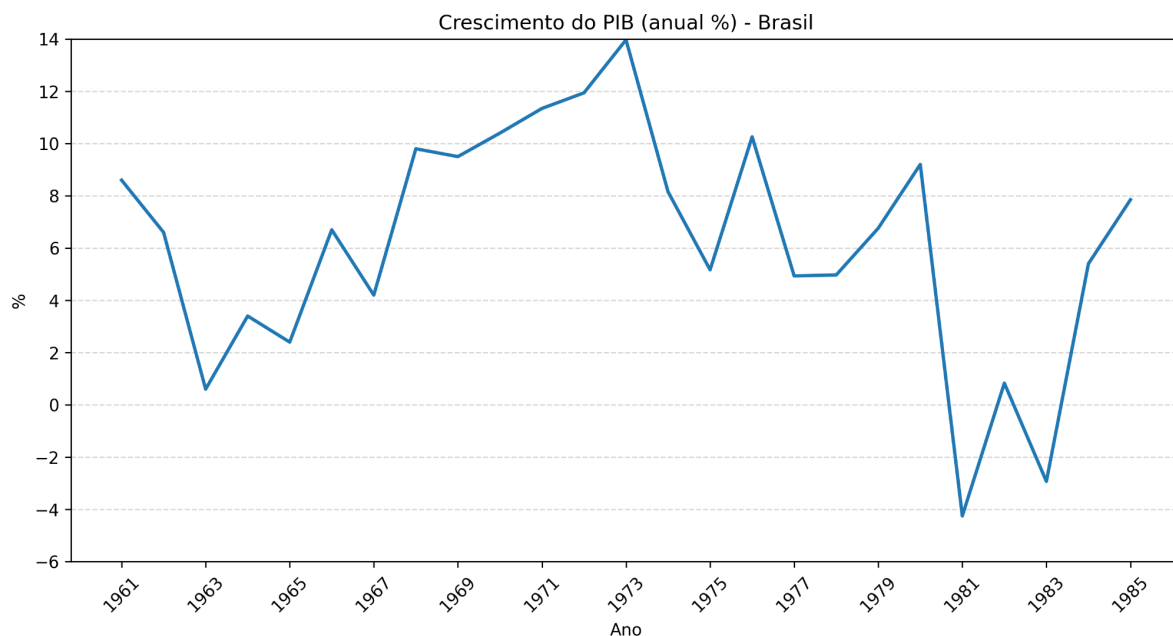
Outra frente de atuação do governo foi adotar medidas voltadas à ampliação das exportações e ao fortalecimento da inserção do Brasil na economia internacional. A promoção das vendas externas era entendida como uma forma de ampliar a capacidade de importar máquinas e equipamentos e obter recursos em moeda estrangeira necessários à continuidade dos investimentos. Ao mesmo tempo, a elevada liquidez existente nos mercados financeiros internacionais no final dos anos 1960 e início dos anos 1970 favoreceu a entrada de capitais e o acesso a financiamentos externos, ampliando as possibilidades de financiamento da economia brasileira (Lago, 2014; Giambiagi et al., 2011).

Portanto, as medidas adotadas pelo regime militar criaram condições favoráveis para a rápida expansão da atividade econômica observada entre 1968 e 1973. Entretanto, o desempenho alcançado durante o "Milagre Econômico" esteve associado a características que marcaram profundamente a estrutura econômica e social brasileira e que se tornaram fundamentais para compreender tanto os resultados imediatos desse crescimento quanto seus limites nos anos seguintes.

4.2 CRESCIMENTO DO PIB E EXPANSÃO INDUSTRIAL (1963-1973)

Entre os anos de 1968 e 1973, a economia brasileira viveu uma fase de crescimento sem precedentes, que ficou conhecida como "Milagre Econômico" Brasileiro. Nesse período, o Produto Interno Bruto (PIB) apresentou taxas médias de expansão próximas de 11% ao ano, alcançando em alguns anos resultados superiores a 13% (Giambiagi et al., 2011). O **Gráfico 2**, elaborado com dados do Banco Mundial, permite observar a trajetória anual do crescimento do PIB brasileiro entre 1961 e 1985. A série mostra que os anos do "milagre econômico" concentraram algumas das taxas mais elevadas do período analisado, especialmente entre 1968 e 1973, antes da desaceleração registrada após o primeiro choque do petróleo e das oscilações mais intensas do início da década de 1980. O elevado ritmo de crescimento refletiu-se em diferentes segmentos da economia, especialmente na produção industrial, nos investimentos e no comércio exterior, o que consolida a imagem de um país que atravessava uma etapa de intensa expansão econômica.

Gráfico 2 – Taxa de crescimento anual do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil (1961–1985).



Fonte: Elaboração própria com base em dados do Banco Mundial (World Development Indicators, 2025).

O início do "Milagre Econômico" coincidiu com a mudança na condução da política econômica ocorrida no governo Costa e Silva. A percepção de que as políticas mais restritivas adotadas nos primeiros anos do regime militar haviam sido importantes para reduzir a inflação, mas insuficientes para restabelecer o dinamismo da economia, levou o governo a flexibilizar a política monetária e a adotar uma postura mais desenvolvimentista a partir de 1967. O lançamento do Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), em 1968, marcou essa mudança de orientação, ao priorizar a recuperação dos investimentos públicos e privados e estimular a expansão da atividade produtiva.

O crescimento acelerado observado durante o "Milagre Econômico" esteve associado, entre outros fatores, ao aumento da taxa de investimento da economia brasileira. Entre 1964 e 1967, os investimentos permaneceram relativamente estáveis, situando-se em torno de 15% do PIB. A partir de 1968, essa participação aumentou significativamente, alcançando aproximadamente 19% e superando 20% ao final do período. Esse movimento ocorreu paralelamente ao fortalecimento da

atividade econômica e foi acompanhado pelo avanço da produção industrial, que assumiu posição de destaque entre os diferentes setores da economia. O dinamismo industrial concentrou-se principalmente nos segmentos produtores de bens de consumo duráveis e, em menor escala, nos setores de bens de capital, que passaram a apresentar elevadas taxas de crescimento ao longo do período (Giambiagi et al., 2011).

A indústria de bens de consumo duráveis, especialmente a automobilística e a de eletrodomésticos, apresentou forte expansão durante o período. A ampliação do crédito ao consumidor, o aumento da renda dos grupos de maior poder aquisitivo e a expansão dos investimentos privados contribuíram para a formação de um mercado interno capaz de absorver o aumento da produção desses setores. Enquanto os setores de bens de consumo duráveis lideravam a expansão industrial, as indústrias de bens intermediários e de bens de capital também cresceram, ampliando a produção de insumos, máquinas e equipamentos necessários ao próprio desenvolvimento da indústria brasileira.

A expansão industrial também foi acompanhada por investimentos em infraestrutura, especialmente nas áreas de energia, transportes e telecomunicações. A ampliação desses setores contribuiu para reduzir limitações que dificultavam o avanço da produção e permitiu maior integração das atividades econômicas. Esse ponto atende às demandas geradas pelo próprio processo de industrialização e esses investimentos criaram condições mais favoráveis para a continuidade da expansão produtiva nos anos seguintes.

Diferentemente de outros momentos de expansão da economia nacional, o acelerado crescimento do PIB ocorreu em um contexto de expressiva expansão das exportações e de maior acesso a financiamentos e capitais provenientes do exterior, fatores que reduziram, ainda que temporariamente, parte das restrições externas que historicamente limitavam a continuidade do crescimento econômico. Como mostra a **Tabela 1**, as exportações brasileiras passaram de aproximadamente US\$ 1,9 bilhão, em 1968, para cerca de US\$ 6,2 bilhões em 1973, mostra o fortalecimento da inserção do país no comércio internacional durante o período. Segundo Giambiagi et al. (2011), essa combinação entre elevado dinamismo da

atividade econômica e melhora do setor externo representou uma situação relativamente incomum na trajetória das economias em desenvolvimento.

Tabela 1 – Evolução das exportações brasileiras durante o "milagre econômico" (1968–1973).

Ano	Exportações (FOB) (US\$ milhões)	Variação em relação ao ano anterior (%)
1968	1.881,0	—
1969	2.311,0	22,9
1970	2.739,0	18,5
1971	2.904,0	6,0
1972	3.991,0	37,4
1973	6.199,2	55,3

Fonte: Elaboração própria com base em IBGE. *Estatísticas do Século XX – Setor Externo* (Exportações FOB, em milhões de dólares FOB).

Os dados apresentados corroboram esse processo ao evidenciar o crescimento contínuo das exportações ao longo do "Milagre Econômico", especialmente em 1972 e 1973, quando as vendas externas registraram taxas de expansão de 37,4% e 55,3%, respectivamente. Esse desempenho reforça a importância do setor externo para a sustentação do crescimento econômico observado no período.

4.3 PARTICIPAÇÃO DO ESTADO NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A expansão econômica observada durante o "Milagre Econômico" Brasileiro esteve fortemente associada à atuação do Estado como agente coordenador do processo de desenvolvimento. Ainda que o crescimento do PIB e a ampliação da produção industrial tenham sido favorecidos pela atuação do setor privado e pelas

condições favoráveis do cenário internacional, o Estado exerceu papel decisivo, principalmente pela magnitude das transformações, ao direcionar investimentos, financiar projetos estratégicos e ampliar a infraestrutura necessária para a expansão da atividade econômica.

Desde o início do regime militar, o governo procurou construir uma estrutura institucional capaz de ampliar sua capacidade de intervenção na economia. As reformas promovidas pelo Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) reorganizaram o sistema financeiro e tributário, fortaleceram os mecanismos de financiamento público e criaram instrumentos que aumentaram a capacidade estatal de planejar e coordenar a expansão econômica. Segundo Giambiagi et al. (2011), as reformas implementadas pelo PAEG reorganizaram a economia brasileira e estabeleceram as bases institucionais que sustentaram as políticas de crescimento adotadas ao longo da década de 1970.

O poder público também foi responsável por definir prioridades, selecionar setores considerados estratégicos (como infraestrutura e indústria de base) e criar instrumentos capazes de direcionar recursos para atividades entendidas como essenciais ao avanço da industrialização brasileira. As reformas financeiras implementadas pelo PAEG ampliaram as possibilidades de financiamento da economia e contribuíram para o desenvolvimento de mecanismos de crédito de longo prazo e de um mercado de dívida pública mais estruturado. A partir de meados da década de 1960 os déficits governamentais passaram a ser financiados predominantemente por meio da emissão de títulos públicos, como consequência, o governo ampliou sua capacidade de financiamento e de sustentação das políticas de investimento adotadas no período. (Giambiagi et al., 2011).

As transformações institucionais promovidas ao longo do período também permitiram a ampliação do crédito direcionado para atividades consideradas estratégicas ao desenvolvimento econômico. No setor habitacional, o fortalecimento do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e a atuação do Banco Nacional da Habitação (BNH) criaram novas fontes de recursos para o financiamento da construção civil e para a expansão do mercado imobiliário. No meio rural, foram ampliados os mecanismos de crédito agrícola, que passaram a oferecer condições mais favoráveis de financiamento para a aquisição de máquinas, insumos e

tecnologias, o que estimula a modernização da produção agropecuária. Somavam-se a essas iniciativas mecanismos de isenção fiscal e incentivos tributários instituídos pelas reformas do período, voltados a estimular investimentos em setores e regiões considerados prioritários ao desenvolvimento nacional. Em conjunto, esses instrumentos ampliaram as possibilidades de investimento em diferentes segmentos da economia e reforçaram a capacidade de expansão da estrutura produtiva brasileira (Giambiagi et al., 2011).

A participação do Estado durante o "Milagre Econômico" ultrapassou a função de regulador da atividade econômica e alcançou praticamente todas as dimensões do processo de desenvolvimento, desde o planejamento e o financiamento até a realização de investimentos diretos em áreas consideradas estratégicas. A expansão da infraestrutura, a ampliação dos mecanismos de crédito e o apoio a setores específicos da economia acompanharam um período de crescimento que exigia volumes cada vez maiores de recursos financeiros. Nesse ambiente, os investimentos realizados pelo setor público passaram a ter a presença crescente de capitais provenientes do exterior, que demonstraram importância cada vez maior no financiamento da economia brasileira.

4.4 CAPITAL ESTRANGEIRO E FINANCIAMENTO EXTERNO

A estratégia de crescimento adotada durante o "milagre econômico" brasileiro esteve apoiada também à crescente integração da economia brasileira aos fluxos internacionais de capitais. À medida que a atividade econômica se expandia e a industrialização se aprofundava, aumentava igualmente a necessidade de recursos financeiros capazes de sustentar os investimentos em infraestrutura. Nesse contexto, o capital estrangeiro e o financiamento externo assumiram papel cada vez mais relevante na sustentação do modelo de crescimento adotado pelo regime militar.

Parte dos recursos provenientes do exterior chegou ao país na forma de investimentos diretos estrangeiros, concentrados principalmente no setor industrial, enquanto outra parcela correspondeu a empréstimos e financiamentos contratados

no exterior pelo setor público e por empresas privadas. Os investimentos estrangeiros líquidos, que entre 1964 e 1966 apresentaram média aproximada de US\$ 57 milhões por ano, elevaram-se para cerca de US\$ 267 milhões anuais entre 1967 e 1973. Esses números mostram a participação cada vez maior do capital internacional na economia brasileira (Lago, 2014).

A ampliação dos fluxos financeiros externos também modificou a estrutura de financiamento da economia brasileira. Segundo Lago (1989), a participação dos empréstimos privados na dívida pública externa passou de 26,9% em 1967 para 64,1% em 1973, resultado do aumento das operações de crédito contratadas por empresas públicas e privadas. Os fluxos de capitais internacionais deixaram de ocupar uma posição secundária no financiamento da economia e passaram a integrar de forma mais expressiva a estratégia de crescimento adotada pelo país, estreitando os vínculos da economia brasileira com os mercados financeiros internacionais.

A crescente entrada de recursos permitiu que a economia brasileira mantivesse um nível de investimentos superior ao que poderia ser financiado apenas pela poupança interna. Como observa Tavares (1977), o dinamismo da economia brasileira passou a depender cada vez mais da disponibilidade de capitais externos e de sua contínua entrada no país. Esse contexto permitiu sustentar o crescimento observado entre 1968 e 1973, mas também tornou a economia brasileira mais dependente das condições financeiras internacionais e da manutenção desses fluxos de recursos.

Quando do primeiro choque do petróleo (1973), passados os momentos mais agudos da crise e recuperada a liquidez internacional, aprofundou-se a estratégia de financiamento do crescimento via financiamento externo. Essa estratégia, contudo, não representou simplesmente uma continuidade passiva do crescimento anterior, mas uma tentativa deliberada de aprofundar o processo de industrialização e de transformação estrutural da estrutura produtiva brasileira. Na interpretação de Antonio Barros de Castro e Francisco Eduardo Pires de Souza (1985), diante do aumento dos custos das importações e das dificuldades impostas pelo novo cenário internacional, o Estado optou por acelerar investimentos em setores estratégicos, especialmente nos segmentos de bens de capital, insumos básicos e energia.

Essa estratégia foi denominada pelos autores de “marcha forçada”, expressão utilizada para caracterizar o esforço de transformação estrutural da economia brasileira mesmo em um contexto internacional desfavorável. Embora tenha contribuído para ampliar a capacidade produtiva e reduzir determinadas dependências tecnológicas e industriais, essa opção exigiu elevados volumes de financiamento externo, ampliando o endividamento do país e tornando a economia brasileira mais vulnerável às mudanças nas condições financeiras internacionais observadas ao final da década de 1970.

5 DESIGUALDADE SOCIAL E LIMITES ESTRUTURAIS DO MODELO BRASILEIRO

5.1 ARROCHO SALARIAL E CONCENTRAÇÃO DE RENDA

A política salarial implementada pelo regime militar constituiu um dos principais instrumentos de condução da economia durante o "milagre econômico". O governo estabeleceu regras para os reajustes salariais que limitavam a recuperação integral das perdas inflacionárias e mantinham o crescimento dos salários abaixo do ritmo de expansão da produtividade e da própria economia. Como resultado, observou-se uma redução da participação dos rendimentos do trabalho na renda nacional e um aumento da concentração de renda ao longo do período.

Desde a implementação do PAEG, os reajustes salariais passaram a obedecer a regras definidas pelo governo, que consideravam a recomposição parcial da inflação passada, os ganhos de produtividade e uma estimativa de inflação futura. Na prática, porém, os critérios adotados não permitiam a recuperação integral do poder de compra dos trabalhadores. De acordo com Souza (2016), o salário mínimo real reajustado em março de 1965 apresentou redução de 11% em relação ao mesmo mês do ano anterior, enquanto o salário mínimo real médio registrou queda de 4,5% no mesmo ano. Esses resultados indicam que parte importante dos custos do processo de estabilização econômica foi absorvida pelos trabalhadores assalariados.

Mesmo após a adoção de políticas mais expansionistas a partir de 1967, os mecanismos de reajuste continuaram limitando a recuperação do poder aquisitivo dos trabalhadores. A flexibilização da política econômica e a retomada do crescimento permitiram certa melhora dos salários reais em comparação aos anos iniciais do PAEG, quando as perdas haviam sido mais intensas. Contudo, essa recuperação ocorreu de forma parcial e não foi suficiente para recompor integralmente o poder de compra perdido pelos trabalhadores nem para alterar a política de contenção salarial adotada pelo regime militar. Dessa forma, os ganhos gerados pela expansão econômica foram apropriados de maneira desigual, enquanto os rendimentos do trabalho continuaram crescendo em ritmo inferior ao observado para a produção e os investimentos (Souza, 2016).

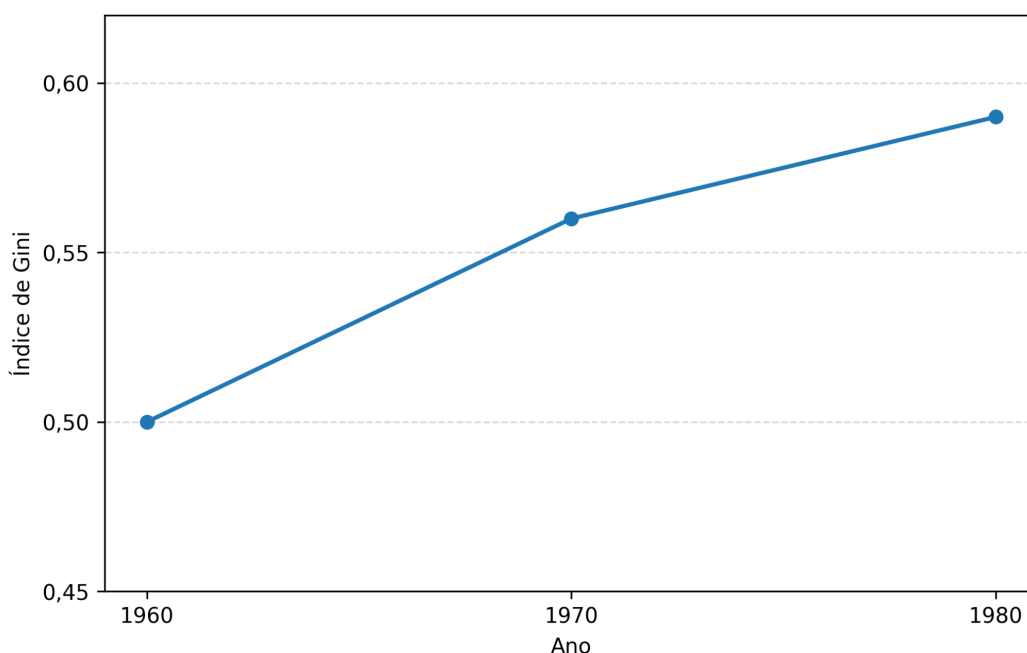
A política salarial adotada durante o regime militar não se limitava ao controle da inflação. Ao manter os salários reais em níveis reduzidos, essa política contribuiu para conter os custos de produção e criar condições favoráveis à expansão dos investimentos privados. Segundo Tavares (1977), a compressão salarial tornou-se um dos pilares do padrão de acumulação de capital do período, pois ampliava a rentabilidade das empresas e sustentava um modelo de crescimento baseado na expansão dos investimentos e no consumo das camadas de maior renda.

Esse processo esteve associado a um conjunto mais amplo de medidas econômicas implementadas pelo governo. Conforme destacam Castro e Souza (1985), as reformas financeira e tributária promovidas pelo PAEG reorganizaram os mecanismos de financiamento da economia e estimularam a formação de capital. Ao mesmo tempo, Giambiagi et al. (2011) observam que os incentivos fiscais e creditícios concentraram recursos em setores considerados estratégicos para o crescimento econômico. Embora essas medidas tenham contribuído para a expansão da atividade econômica, seus benefícios não foram distribuídos de maneira uniforme entre os diferentes segmentos da sociedade.

Em contraposição a essa interpretação, Carlos Langoni (2005) apresenta uma explicação distinta para a concentração de renda observada durante o "Milagre Econômico". Segundo o autor, a rápida expansão da economia aumentou a demanda por trabalhadores mais qualificados, enquanto a oferta desse tipo de mão de obra permanecia limitada. Nesse contexto, os salários dos profissionais mais qualificados cresceram em ritmo superior ao dos demais trabalhadores, tornando mais acentuadas as diferenças de renda existentes no país.

Embora existam divergências quanto aos fatores que explicam o aumento da concentração de renda, as diferentes interpretações convergem em um ponto fundamental: o crescimento econômico ocorrido entre 1968 e 1973 não foi acompanhado por um processo de distribuição mais equilibrada dos seus benefícios. Pelo contrário, a expansão da produção e da renda nacional ocorreu simultaneamente à manutenção de profundas desigualdades sociais e à concentração dos ganhos econômicos em determinados segmentos da sociedade. Essa tendência pode ser observada por meio da evolução do Índice de Gini, um dos principais indicadores utilizados para medir a concentração de renda.

Gráfico 3 – Evolução do Índice de Gini por década no Brasil (1960, 1970 e 1980).



Fonte: Elaboração própria com base em BARROS, Ricardo Paes de et al. *Atlas da desigualdade: a década de 1980*. In: Perspectivas da economia brasileira 1994. Rio de Janeiro: IPEA, 1993. v. 2, p. 749-774.

Os dados apresentados no **Gráfico 3** evidenciam o aumento da concentração de renda no Brasil ao longo do período analisado. O Índice de Gini passou de 0,50 em 1960 para 0,56 em 1970 e atingiu 0,59 em 1980, indicando que a distribuição da renda se tornou mais desigual entre essas décadas. Embora os dados sejam provenientes dos Censos Demográficos e, portanto, não permitam acompanhar a evolução anual da desigualdade, eles demonstram que o período de maior expansão da economia brasileira foi acompanhado pela intensificação da concentração de renda. Esses resultados reforçam as interpretações de autores como Celso Furtado (1981), Maria da Conceição Tavares (1977) e Paul Singer (1978), para os quais os benefícios desse crescimento foram apropriados de forma desigual, favorecendo determinados grupos sociais em detrimento de uma distribuição mais ampla da renda.

As diferentes interpretações sobre esse processo demonstram que a desigualdade não pode ser atribuída a um único fator. Aspectos como a política salarial, a expansão do mercado de trabalho urbano, as diferenças de qualificação da força de trabalho e as próprias características do modelo de desenvolvimento

adotado contribuíram, em diferentes graus, para esse resultado. Independentemente dessas divergências, o período foi marcado pela manutenção de uma estrutura distributiva concentrada.

5.2 MODERNIZAÇÃO ECONÔMICA E EXCLUSÃO SOCIAL

A modernização econômica promovida durante o regime militar consolidou mudanças importantes na estrutura produtiva brasileira. A expansão da indústria, a incorporação de novas tecnologias e os investimentos em setores estratégicos contribuíram para tornar a economia mais diversificada e fortalecer sua capacidade produtiva. Essas transformações, contudo, não foram acompanhadas por mudanças equivalentes nas condições de vida da população, de modo que o avanço econômico ocorreu simultaneamente à permanência de elevados níveis de desigualdade social.

O fortalecimento da estrutura produtiva brasileira pode ser observado pela redução da dependência de produtos importados em segmentos da indústria de transformação. Ao longo da década de 1970, a expansão da produção nacional de bens intermediários e de bens de capital ampliou a capacidade da indústria de suprir a demanda interna com produção doméstica. Esse movimento pode ser observado por meio do coeficiente de importação da oferta interna aparente, indicador que mede a participação das importações na oferta de bens disponível para o mercado interno. Em 1973, esse coeficiente era de aproximadamente 16,1%, o que significa que cerca de 16% dos bens disponíveis no mercado interno da indústria de transformação eram provenientes de importações, enquanto aproximadamente 84% eram produzidos no próprio país. Embora esse indicador tenha aumentado em 1974 e 1975, atingindo 21,7% e 26,1%, respectivamente, em razão dos efeitos do primeiro choque do petróleo e da necessidade temporária de importar insumos e equipamentos para sustentar a expansão industrial, nos anos seguintes voltou a recuar, alcançando 12,5% em 1980. Isso demonstra que uma parcela cada vez maior da demanda doméstica passou a ser atendida pela produção nacional, reflete o fortalecimento da capacidade produtiva, a maior integração entre os diferentes

segmentos industriais e o avanço do processo de substituição de importações (Bonelli; Malan, 1976; Serra, 1982).

Tabela 2 – Evolução do coeficiente de importação da indústria de transformação (1973–1980)

Ano	Exportações (FOB) (US\$ milhões)	Variação em relação ao ano anterior (%)
1968	1.881,0	—
1969	2.311,0	22,9
1970	2.739,0	18,5
1971	2.904,0	6,0
1972	3.991,0	37,4
1973	6.199,2	55,3

Fonte: Elaborado a partir de Bonelli e Malan (1976), conforme apresentado por Serra (1982).

Essas mudanças foram resultado da consolidação de uma estrutura industrial mais complexa, impulsionada pelos investimentos realizados durante a década de 1970. Houve expansão da infraestrutura energética, fortalecimento da indústria de bens de capital, crescimento do setor petroquímico e ampliação da capacidade produtiva da siderurgia e da mineração. Para Tavares (1977), essa nova etapa da industrialização brasileira concentrou-se principalmente nos setores de insumos básicos e bens de capital, ampliando os encadeamentos produtivos e tornando a estrutura industrial mais integrada. Como consequência, o país passou a produzir internamente uma parcela maior dos insumos e equipamentos necessários ao próprio processo de industrialização, reduzindo a vulnerabilidade em diversos segmentos da economia.

Contudo, os benefícios desse crescimento não foram distribuídos de forma equilibrada. O período foi marcado pela manutenção de baixos salários, pela elevada concentração de renda e pelas dificuldades enfrentadas por grande parte da população trabalhadora. Em outras palavras, enquanto a indústria brasileira

avançava, persistiam problemas históricos que limitavam a melhoria das condições de vida e aprofundavam as desigualdades sociais.

Essa disparidade regional também pode ser observada no fato de que grande parte dos investimentos industriais e das atividades de maior intensidade tecnológica permaneceu concentrada no Sudeste, região que também reuniu os empregos mais qualificados e os segmentos mais dinâmicos da economia, cujas oportunidades de inserção eram mais acessíveis aos trabalhadores com maior escolaridade e qualificação profissional. Em contrapartida, diversas áreas do país continuaram dependentes de atividades menos complexas e apresentaram oportunidades mais restritas de inserção nos setores modernos da produção.

Essa característica levou Celso Furtado (1972) a formular uma crítica mais ampla ao padrão de crescimento observado durante o "Milagre Econômico". Para o autor, o expressivo desempenho da economia brasileira não foi acompanhado pela superação de problemas históricos. O país registrava taxas de crescimento superiores a dois dígitos, ampliava sua capacidade industrial e os investimentos, enquanto parcela significativa da população permanecia excluída do consumo dos bens produzidos pela própria economia que ajudava a sustentar.

A evolução da concentração de renda pode ser observada na **Tabela 3**. O indicador apresenta a razão entre a parcela da renda apropriada pelos 10% mais ricos e pelos 10% mais pobres, o que mostra o aumento da distância entre esses dois grupos ao longo das décadas. Em 1960, os 10% mais ricos apropriavam uma parcela da renda total 34 vezes superior à dos 10% mais pobres. Essa razão passou para 40 em 1970 e atingiu 47 em 1980, ou seja, mesmo em um período de intenso crescimento econômico, a distribuição da renda tornou-se ainda mais concentrada. Os dados reforçam que os ganhos proporcionados pela expansão da economia foram apropriados de maneira desigual, beneficiando principalmente os estratos de maior renda.

Tabela 3 - Razão entre a parcela de renda total apropriada pelos 10% mais ricos e pelos 10% mais pobres no Brasil - 1960/1990

Ano	Razão entre a parcela de renda total apropriada pelos 10% mais ricos e pelos 10% mais pobres
1960	34
1970	40
1980	47
1990	78

Fonte: BARROS, Ricardo Paes de et al. Geração e Reprodução da Desigualdade de Renda no Brasil. In: Perspectivas da economia brasileira 1994. Rio de Janeiro: IPEA, 1993. v. 2, p. 471-490.

Nesse contexto, a principal herança social do "Milagre Econômico" foi a consolidação de um padrão de crescimento marcado pela coexistência entre a modernização produtiva e a permanência de profundas desigualdades sociais. Como argumenta Furtado (1972), o crescimento econômico, quando não acompanhado por mudanças estruturais capazes de ampliar a inclusão social e reduzir a concentração de renda, tende a reproduzir os desequilíbrios históricos do desenvolvimento brasileiro. Essas limitações tornaram-se ainda mais evidentes quando o cenário econômico internacional se deteriorou e as condições que sustentavam o crescimento acelerado deixaram de existir.

Foi justamente nesse contexto que começaram a emergir os limites do modelo econômico construído ao longo do "Milagre". A desaceleração da economia mundial, os choques do petróleo e a crescente vulnerabilidade externa passaram a expor problemas que haviam permanecido parcialmente encobertos durante os anos de expansão e o caminho para a crise econômica que marcaria a segunda metade da década de 1970 e o início dos anos 1980.

5.3 A CRISE ECONÔMICA DA DÉCADA DE 1970

As elevadas taxas de crescimento observadas entre 1968 e 1973 começaram a perder sustentação diante das mudanças ocorridas na economia internacional a partir de meados da década de 1970. A deterioração do cenário externo expôs fragilidades que haviam permanecido em segundo plano durante os anos de maior prosperidade econômica e tornou mais evidente a vulnerabilidade do modelo de crescimento adotado pelo Brasil.

A elevação dos preços internacionais do petróleo em 1973 atingiu de maneira particularmente intensa a economia brasileira, que dependia fortemente das importações de petróleo e necessitava de um volume crescente de divisas para sustentar o elevado nível de investimentos e a continuidade do processo de industrialização. O aumento das despesas com importações ocorreu em um contexto de desaceleração do comércio mundial e de menor dinamismo das economias centrais, circunstância que agravou a restrição no balanço de pagamentos, isto é, a insuficiência de divisas para financiar as necessidades externas da economia brasileira (Bonelli; Mallan, 1976; Tavares, 1977). Serra (1982) observa os efeitos imediatos sobre a economia, foram elas, a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto, que havia alcançado aproximadamente 14% em 1973, reduziu-se para cerca de 8% em 1974. A desaceleração atingiu também a indústria de transformação, cuja taxa de crescimento caiu de aproximadamente 15,8% para 8,4% no mesmo período. Ainda que a economia continuasse crescendo em termos absolutos, o ritmo de expansão já demonstrava uma mudança importante em relação ao desempenho observado nos anos do "Milagre Econômico".

Todavia, as dificuldades que passaram a se manifestar na década de 1970 não decorreram apenas das mudanças na economia internacional, uma vez que segmentos como a indústria de bens de consumo duráveis, particularmente os setores automobilístico e de eletrodomésticos, já apresentavam desaceleração das vendas e aumento dos estoques em um contexto no qual a capacidade produtiva construída nos anos anteriores crescia mais rapidamente do que a própria demanda. Nessas condições, a economia passou a exigir volumes cada vez maiores de investimento para obter aumentos proporcionalmente menores do produto e da renda. Isso significa que, os investimentos permaneciam elevados, mas deixavam de produzir os mesmos resultados observados nos anos de maior crescimento, indicando que alguns dos mecanismos que haviam impulsionado o "Milagre

Econômico" começavam a perder força e capacidade de sustentar o dinamismo da economia (Serra, 1982).

Diante desse cenário, diversos países optaram pela adoção de políticas recessivas e programas de ajuste econômico para conter a inflação e os desequilíbrios externos. No Brasil, porém, o governo militar decidiu aprofundar o processo de transformação produtiva já em curso.

A resposta do governo às mudanças do cenário internacional materializou-se no II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), que estabeleceu um amplo programa de investimentos nos setores de energia, siderurgia, petroquímica, mineração, transportes e bens de capital, partindo do entendimento de que as dificuldades surgidas após o primeiro choque do petróleo poderiam ser enfrentadas por meio de uma profunda reestruturação da economia brasileira. O plano procurava diminuir a dependência do petróleo e das importações de bens de capital, ampliar a produção em setores considerados estratégicos e criar condições para que o país enfrentasse os desequilíbrios externos sem abandonar sua trajetória de crescimento. A manutenção de elevados investimentos refletia a percepção de que a crise internacional poderia ser aproveitada para acelerar transformações há muito necessárias à economia brasileira e atenuar algumas de suas vulnerabilidades históricas (Serra, 1982; Tavares, 1977).

Contudo, a execução dessa estratégia exigia volumes extremamente elevados de recursos financeiros. A leitura do governo era de que um ajuste imediato, baseado em cortes mais fortes de gastos e investimentos, poderia reduzir temporariamente as pressões externas, mas também comprometeria a formação de uma estrutura produtiva menos dependente de importações estratégicas. A alternativa adotada foi sustentar o nível de atividade por meio de maior endividamento externo, transferindo parte dos custos do ajuste para os anos seguintes. É nesse sentido que Castro e Souza (1985) caracteriza a política econômica do período como uma “marcha forçada”, porque a economia continuou sendo impulsionada mesmo diante de restrições externas cada vez mais difíceis de administrar, com a expectativa de criar condições mais favoráveis para enfrentar as restrições externas que então se tornavam mais intensas.

Embora o plano tenha contribuído para a expansão da infraestrutura e para o fortalecimento de importantes setores industriais, sua execução esteve associada ao crescimento acelerado da dívida externa. A elevação das taxas de juros internacionais no final da década de 1970 e a deterioração do cenário econômico mundial tornaram mais difícil a sustentação dessa estratégia, contribuindo para o agravamento dos desequilíbrios externos que marcariam a crise econômica dos anos 1980.

O modelo de crescimento que havia produzido resultados extraordinários entre 1968 e 1973 passava a depender cada vez mais de circunstâncias que escapavam ao alcance da política econômica doméstica. Celso Furtado (1981) interpreta esse processo como expressão dos próprios limites do desenvolvimento brasileiro, argumenta que os avanços alcançados durante o regime militar não foram acompanhados pela construção de condições capazes de assegurar uma trajetória duradoura de crescimento. A necessidade contínua de recorrer a recursos provenientes do exterior, a concentração dos benefícios econômicos em parcelas restritas da sociedade e a permanência de problemas históricos, como as disparidades regionais e a limitada integração de grande parte da população aos segmentos mais dinâmicos da economia, indicavam que o desempenho excepcional registrado nos anos do “Milagre” era mais frágil do que os indicadores econômicos inicialmente sugeriam.

Assim, a resposta adotada pelo governo permitiu preservar o crescimento no curto prazo e aprofundar a transformação da estrutura produtiva brasileira. Entretanto, o aumento do endividamento externo e a maior dependência das condições internacionais tornaram a economia mais vulnerável, preparando o cenário para as dificuldades que se intensificariam no final da década de 1970.

5.4 O ESGOTAMENTO DO MODELO

Os problemas enfrentados pela economia brasileira já indicavam cada vez mais que não se tratava apenas de uma interrupção temporária do crescimento, mas

de limites mais profundos do próprio padrão de desenvolvimento construído. A perda de dinamismo de alguns setores, a crescente pressão sobre as fontes de financiamento e a menor capacidade de os investimentos gerarem resultados comparáveis aos dos anos de maior prosperidade indicavam que o modelo encontrava obstáculos cada vez maiores para reproduzir as condições que haviam sustentado o "Milagre Econômico".

Nessa situação, a inflação voltou a acelerar em razão do aumento dos custos de produção e do encarecimento de diversos produtos e insumos importados, os déficits em conta corrente tornaram-se recorrentes e os gastos com o serviço da dívida externa reduziram gradualmente a capacidade de atuação do Estado. As condições que haviam permitido conciliar crescimento elevado, investimentos em larga escala e um ambiente macroeconômico relativamente mais favorável deixavam de existir e inauguravam uma nova etapa da história econômica brasileira, marcada pela crise da dívida, pelo agravamento das pressões inflacionárias e por taxas de crescimento significativamente inferiores às registradas durante o "Milagre Econômico". Segundo Celso Furtado (1981), o modelo de desenvolvimento implementado pelo regime militar gerava riscos crescentes à capacidade de o Estado administrar a economia nacional e acumulava desequilíbrios de difícil solução no curto e no médio prazos, de modo que muitos dos problemas que emergiram no final da década de 1970 estavam associados às próprias características do padrão de crescimento construído nos anos anteriores.

Assim, a crise do início dos anos 1980 assinalou o fim de um ciclo de crescimento que promoveu profundas transformações na economia brasileira, mas que se mostrou incapaz de sustentar, no longo prazo, o dinamismo alcançado nos anos anteriores.

O esgotamento desse modelo não anulou as transformações promovidas pelo "Milagre Econômico", pois o país passou a contar com uma estrutura produtiva mais diversificada e uma indústria mais complexa do que a existente nas décadas anteriores. A continuidade desse padrão de crescimento, porém, passou a exigir custos cada vez mais elevados, refletidos no aumento do endividamento externo, nas pressões macroeconômicas e nas dificuldades de conciliar a expansão da economia com o equilíbrio das contas externas. A experiência do "Milagre

Econômico" aponta que o rápido crescimento da produção e a modernização da estrutura produtiva não garantem, por si sós, um processo de desenvolvimento duradouro. O caso brasileiro retrata que crescimento econômico e desenvolvimento não constituem processos necessariamente equivalentes, pois os avanços alcançados não foram suficientes para superar fragilidades estruturais nem para ampliar de forma mais abrangente o acesso da população aos benefícios gerados pelo próprio crescimento.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho analisou a relação entre crescimento econômico, desigualdade social e limites estruturais no modelo brasileiro durante o período do chamado "Milagre Econômico" e seus reflexos nos anos seguintes. A análise mostrou que o elevado crescimento registrado entre 1968 e 1973 não pode ser compreendido apenas pelos indicadores do Produto Interno Bruto ou pelo avanço da industrialização. O período promoveu mudanças importantes na estrutura produtiva e deixou uma economia mais diversificada, porém os resultados na concentração da renda observados e os problemas que emergiram nos anos seguintes demonstram que esse crescimento apresentou limites significativos.

A análise do contexto histórico mostrou que as condições que possibilitaram o "Milagre Econômico" foram construídas gradualmente a partir das transformações ocorridas no cenário internacional do pós-guerra e das mudanças institucionais implementadas pelo regime militar após 1964. As reformas promovidas pelo Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), associadas à ampliação do crédito, aos incentivos à industrialização, à expansão dos investimentos públicos e à disponibilidade de financiamento externo, criaram um ambiente favorável à aceleração do crescimento econômico brasileiro. Conforme destacado por Giambiagi et al. (2011), as reformas institucionais implementadas nesse período estabeleceram as bases de um novo padrão de crescimento, caracterizado pela forte participação do Estado e pela ampliação dos mecanismos de financiamento da economia brasileira.

Os resultados econômicos alcançados foram expressivos. O país registrou elevadas taxas de crescimento do PIB, ampliou sua capacidade produtiva, expandiu a indústria de transformação e consolidou setores considerados estratégicos para o desenvolvimento nacional. A economia brasileira tornou-se mais industrializada, mais integrada e tecnologicamente mais avançada. Nesse sentido, não há dúvidas de que o "Milagre Econômico" representou um dos momentos de maior dinamismo econômico da história brasileira e promoveu mudanças significativas na estrutura produtiva do país.

Entretanto, a análise do período mostra que o elevado crescimento econômico não promoveu uma distribuição mais ampla dos benefícios gerados pela expansão da economia. A concentração de renda permaneceu elevada e foi reforçada pelas políticas salariais adotadas pelo regime militar, que reduziram a participação dos rendimentos do trabalho na renda nacional. Como consequência, o aumento da produção, da produtividade e dos investimentos não se traduziu em melhorias proporcionais nas condições de vida da população, fazendo com que parcela significativa dos trabalhadores permanecesse à margem dos benefícios desse processo. Embora a economia brasileira tenha se tornado mais industrializada e tecnicamente mais sofisticada, essas transformações não foram acompanhadas por mudanças de igual intensidade na estrutura social.

Além das limitações distributivas, o próprio modelo de crescimento apresentou fragilidades econômicas, a dependência de recursos externos, o aumento do endividamento, a necessidade de manutenção de elevados níveis de investimento e a vulnerabilidade diante das mudanças no cenário internacional demonstraram que o dinamismo econômico do período estava apoiado em bases que se revelaram cada vez mais difíceis de sustentar.

Nesse sentido, a crise econômica observada a partir da segunda metade da década de 1970 representou os limites estruturais de um modelo que, embora tenha produzido resultados extraordinários em termos de expansão econômica e industrialização, não conseguiu construir condições suficientemente sólidas para garantir um desenvolvimento sustentável no longo prazo. As dificuldades enfrentadas pelo país no início da década de 1980 demonstraram que o crescimento econômico acelerado acompanhado por elevada dependência externa e profundas desigualdades sociais, tende a produzir resultados limitados e vulneráveis.

A análise realizada ao longo deste trabalho permitiu observar que o elevado crescimento registrado durante o "Milagre Econômico" Brasileiro não foi acompanhado por uma distribuição mais equilibrada dos benefícios gerados pela expansão econômica. Embora o período tenha sido marcado pelo aumento dos investimentos, pela expansão industrial e pelo fortalecimento da infraestrutura econômica nacional, persistiram importantes problemas relacionados à

concentração de renda, às desigualdades sociais e à crescente dependência de recursos externos para o financiamento do desenvolvimento.

Dessa forma, os resultados encontrados aproximam-se das interpretações desenvolvidas por autores como Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares e Paul Singer, que enfatizam os limites estruturais do modelo de crescimento adotado durante o regime militar. Embora fatores relacionados à qualificação da força de trabalho, destacados por Carlos Langoni, tenham desempenhado papel relevante na dinâmica distributiva do período, as evidências analisadas sugerem que a concentração de renda esteve associada também às características do próprio padrão de desenvolvimento implementado, marcado pela política de contenção salarial, pela concentração dos investimentos em determinadas regiões do território e pela limitada incorporação dos benefícios do crescimento por amplos segmentos da população.

Além de sua importância histórica, o estudo do “Milagre Econômico” Brasileiro permanece relevante para os debates contemporâneos sobre desenvolvimento econômico. Questões relacionadas à desigualdade social, à inserção internacional da economia brasileira, à desindustrialização e ao papel do Estado na promoção do desenvolvimento continuam presentes nas discussões econômicas atuais. Dessa forma, a análise desse período contribui não apenas para a compreensão do passado, mas também para a reflexão sobre os desafios que ainda condicionam o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Sistema Gerenciador de Séries Temporais – SGS**. Brasília, DF: Banco Central do Brasil, 2025. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/>. Acesso em: 30 jun. 2026.

BARROS, Ricardo Paes de et al. Atlas da desigualdade: a década de 1980. In: **Perspectivas da Economia Brasileira 1994**. Rio de Janeiro: IPEA, 1993. v. 2, p. 749-774.

BARROS, Ricardo Paes de et al. Geração e reprodução da desigualdade de renda no Brasil. In: **Perspectivas da Economia Brasileira 1994**. Rio de Janeiro: IPEA, 1993. v. 2, p. 471-490.

BLANCHARD, Olivier. **Macroeconomia**. 5. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

BONELLI, Regis; MALAN, Pedro S. Os limites do possível: notas sobre balanço de pagamentos e indústria nos anos 70. **Pesquisa e Planejamento Econômico**. Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 353-406, ago. 1976.

CASTRO, Antonio Barros de; SOUZA, Francisco Eduardo Pires de. **A economia brasileira em marcha forçada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FURTADO, Celso. **Análise do modelo brasileiro**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

FURTADO, Celso. **O Brasil pós-milagre**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GIAMBIAGI, Fabio; VILLELA, André; CASTRO, Lavinia Barros de; HERMANN, Jennifer (org.). **Economia brasileira contemporânea: 1945-2010**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sistema de Contas Nacionais**. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 30 jun. 2026.

IPEADATA. **Base de dados macroeconômicos e regionais**. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2025. Disponível em: <https://www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: 30 jun. 2026.

LACERDA, Antônio Corrêa et al. **Economia brasileira**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

LAGO, Luiz Aranha Corrêa do. A retomada do crescimento e as distorções do "Milagre econômico" (1967-1973). In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). **A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

LANGONI, Carlos Geraldo. **Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2005.

LESSA, Carlos. **15 anos de política econômica**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SAES, Alexandre Macchione; SAES, Flávio Azevedo Marques de. **História econômica geral**. São Paulo: Saraiva, 2013.

SERRA, José. Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira de pós-guerra: a crise recente. **Revista de Economia Política**. São Paulo, v. 2, n. 3, p. 111-135, jul./set. 1982.

SINGER, Paul. **A crise do "milagre": interpretação crítica da economia brasileira**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira de. **A desigualdade vista do topo: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013**. 2016. 377 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira**. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

WORLD BANK. **World Development Indicators**. Washington, DC: World Bank, 2025. Disponível em: <https://data.worldbank.org>. Acesso em: 30 jun. 2026.